

Cidades Portuguesas: Um Retrato Estatístico

2011

Em Portugal existem 159 cidades, nas quais residiam 4,5 milhões de indivíduos, o que correspondia a 42% da população residente

Nas 159 cidades portuguesas residiam 4,5 milhões de indivíduos, o que correspondia a 42% da população residente em Portugal e as sete cidades com mais de 100 mil habitantes – Lisboa, Porto, Vila Nova de Gaia, Amadora, Braga, Funchal e Coimbra – concentravam 14% da população total do país.

O INE divulga, pela primeira vez no Portal de Estatísticas Oficiais, informação estatística para a caracterização das cidades portuguesas com base nos resultados definitivos dos Censos 2011. Ficam assim disponíveis mais de 50 indicadores relativos a indivíduos, famílias, edifícios e alojamentos, permitindo a comparação do contexto específico das cidades com a realidade nacional.

As cidades constituem espaços privilegiados de concentração de recursos – população, atividades económicas e riqueza – sendo entendidas como territórios centrais de intervenção para a promoção do crescimento económico e da competitividade. Contudo, a atenção sobre estes territórios a nível nacional e europeu está também associada à identificação de questões complexas de âmbito social e ambiental.

Os indicadores estatísticos disponibilizados para as cidades portuguesas no Portal de Estatísticas Oficiais (www.ine.pt), com base na informação dos Censos 2011, pretendem constituir um contributo para análise das problemáticas associadas a estes territórios no contexto nacional. A apresentação de resultados para as cidades portuguesas só foi possível após a delimitação espacial das cidades, desenvolvida em estreita articulação do INE com as Câmaras Municipais de municípios com povoações com categoria de cidade.

No presente destaque, analisam-se alguns dos indicadores disponibilizados *on-line* pelo INE para o universo das 159 cidades portuguesas existentes à data atual.

42% da população residia em cidades

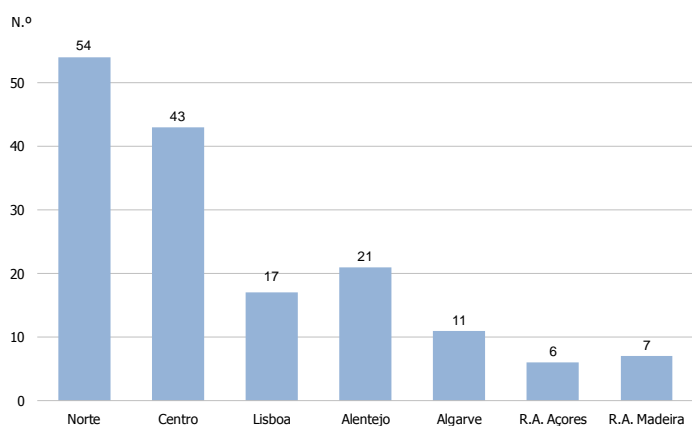
Em 2011, residiam 4 450 812 indivíduos nas 159 cidades portuguesas, o que correspondia a 42% da população residente em Portugal.

A maioria das cidades situava-se nas regiões Norte (54 cidades) e Centro (43), seguindo-se o Alentejo (21 cidades), a região de Lisboa (17), o Algarve (11) e finalmente as regiões insulares: 7 cidades na Região Autónoma da Madeira e 6 cidades na Região Autónoma dos Açores.

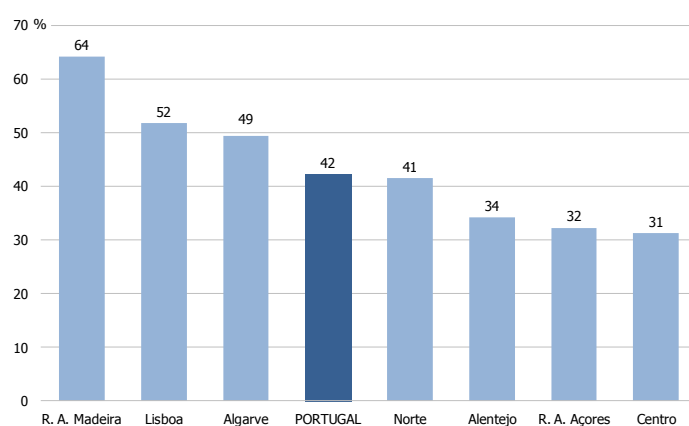
As cidades da Região Autónoma da Madeira e de Lisboa concentravam mais de metade da população residente das respetivas regiões. No Algarve 49% da população residia em cidades (acima da proporção nacional: 42%), na região

Norte as cidades abarcavam cerca de dois quintos do total da população e, nas restantes regiões (Alentejo, Centro e Região Autónoma dos Açores), cerca de um terço da população da região vivia em cidades.

Distribuição das cidades portuguesas por região NUTS2



Proporção de população residente em cidades, Portugal e NUTS2



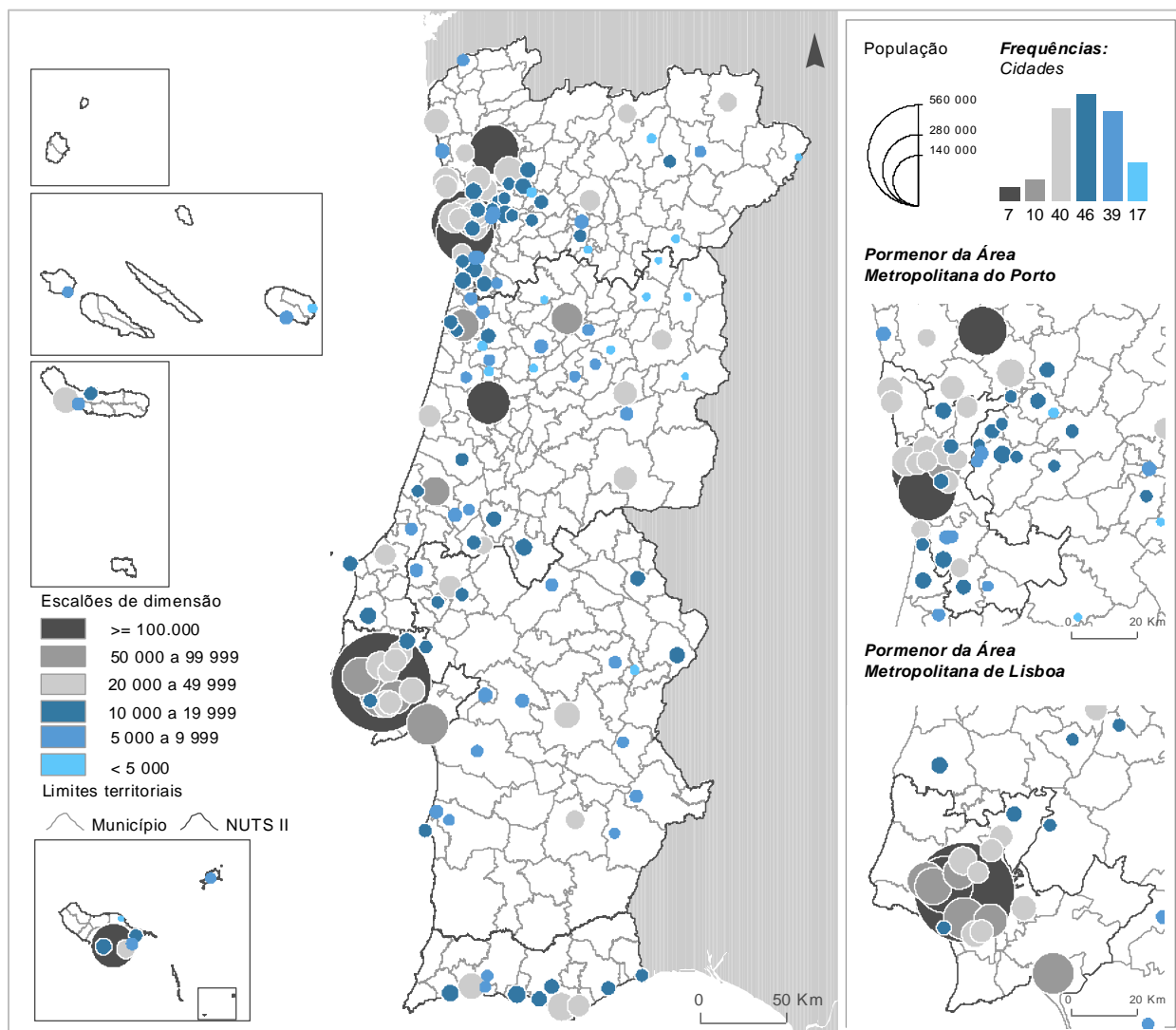
Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação, 2011.

A representação cartográfica da população residente nas cidades portuguesas evidencia o desequilíbrio da sua distribuição no território nacional e a assimetria em termos de dimensão.

De facto, cerca de metade da população residente em cidades estava concentrada em 17 cidades (10% do total de cidades) com mais de 50 mil habitantes, sendo que destas, sete tinham mais de 100 mil habitantes (Lisboa, Porto, Vila Nova de Gaia, Amadora, Braga, Funchal e Coimbra) e concentravam mais de um terço da totalidade da população residente em cidades e 14% da população residente em Portugal.

Sobressai no sistema de cidades portuguesas, a importância do número de cidades de dimensão inferior a 20 mil habitantes (representavam 65% do total de cidades) por oposição à fraca expressão em termos de efetivo populacional: concentravam apenas 21% do conjunto da população que residia em cidades.

População residente em cidades estatísticas



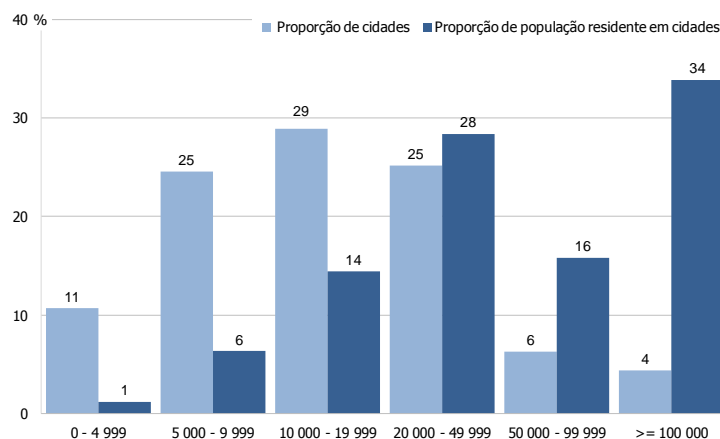
Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação, 2011.

A análise da representação das cidades portuguesas salienta ainda a tendência de concentração da população nos territórios metropolitanos. Assim, as imagens de pormenor mostram a existência de outras cidades de grande dimensão para além de Lisboa e do Porto e que resultam do processo de suburbanização centrado nestas duas cidades.

Para além do efeito metropolitano em torno das cidades de Lisboa e do Porto, refira-se a importância das cidades algarvias, com mais de 200 mil habitantes no seu conjunto - concentravam quase metade da população da região - e o conjunto das cidades em torno do Funchal (Região Autónoma da Madeira), contabilizando mais de 150 mil habitantes.

No restante território, salienta-se um conjunto de cidades estruturantes do sistema urbano, com dimensão entre 20 mil e 100 mil habitantes, localizadas sobretudo no Interior do Continente e correspondendo maioritariamente a capitais de distrito, mas também outras cidades mais próximas do Litoral, para além de Ponta Delgada na Região Autónoma dos Açores.

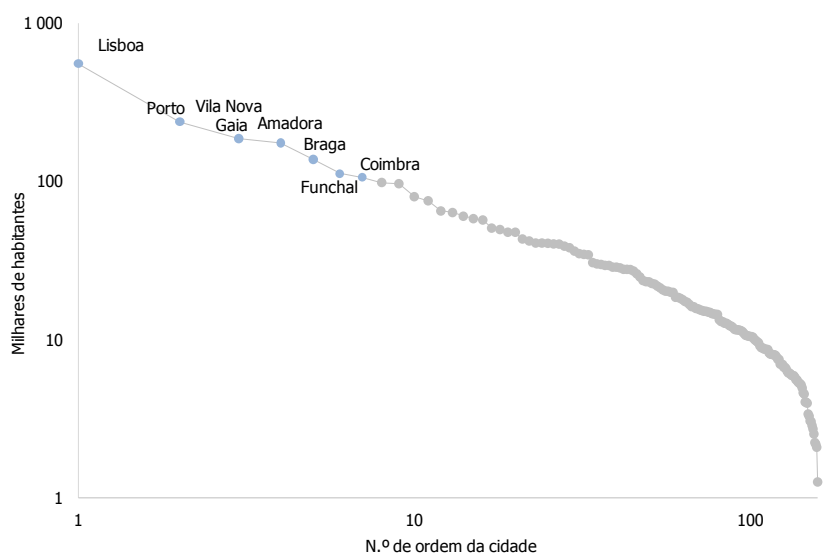
Distribuição do número de cidades e da população residente em cidades segundo os escalões de dimensão populacional, Portugal



Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação, 2011.

A informação relativa ao escalonamento urbano de Portugal com base na população que, em 2011, residia em cidades - em geral, cidades de média dimensão - configura um sistema urbano composto por grupos distintos de cidades: um formado exclusivamente pelas cidades de Lisboa e do Porto, com população residente acima dos 500 mil e dos 200 mil habitantes, respetivamente; outro, de cidades dispersas pelo território nacional (sendo que duas são capitais de distrito), formado por Vila Nova de Gaia, Amadora, Braga, Funchal e Coimbra, todas com

Escalonamento das cidades portuguesas



Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação, 2011.

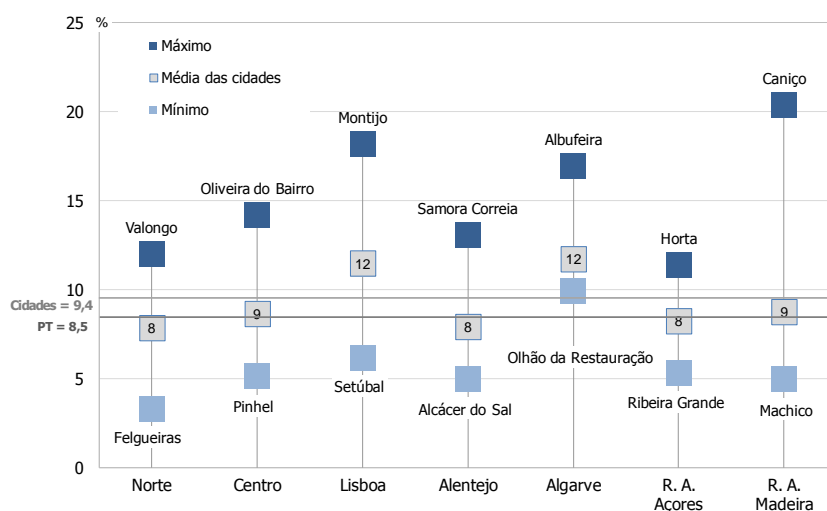
população residente entre os 100 mil e os 200 mil; e, um terceiro grupo, composto pelas cidades com população residente entre 100 mil e 10 mil habitantes (96 cidades). O último grupo, composto pelas restantes cidades (56), caracteriza-se por uma queda abrupta na relação entre dimensão populacional e número de ordem da cidade.

A forma como se tem vindo a efetuar o crescimento das cidades nos últimos anos pode ser melhor compreendida através de informação existente sobre as migrações para as cidades, nomeadamente através da análise da informação relativa à proporção de população residente em cidades que 5 anos antes do momento censitário residia fora do município. Este indicador mede a atração residencial das cidades portuguesas e o facto de apresentar para o conjunto

das cidades (9,4%) um valor superior ao total do país (8,5%) evidencia que as cidades constituem polos de atração residencial face ao restante território nacional.

Em média, as cidades das regiões de Lisboa e do Algarve registaram maior atração de população (cerca de 12% da população residia 5 anos antes fora do município). As cidades com os valores mais elevados no indicador em análise eram: Caniço, na Região Autónoma da Madeira (20%), Montijo (18%), Albufeira (17%), Odivelas (16%) e Costa da Caparica (15%). Na região Norte situavam-se as cidades em que o impacto da população proveniente de fora do município foi menor: Barcelos, Fiães, Rebordosa, Freamunde e Lourosa (todas com 4%) e Felgueiras (3%).

Proporção de população que 5 anos antes residia fora do município, Portugal e cidades das regiões NUTS2



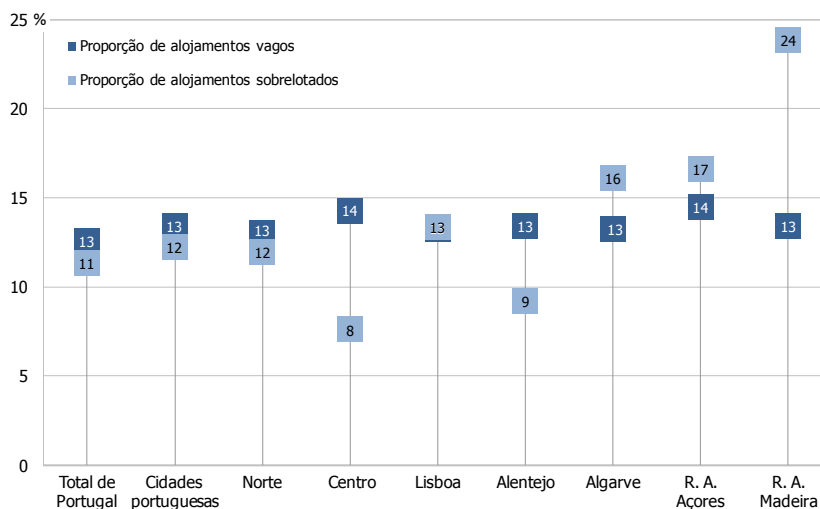
Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação, 2011.

Alojamentos das cidades do Algarve e das regiões autónomas mais sobrelotados

Os dados dos Censos de 2011 permitem aferir a diferenciação do parque habitacional em termos de sobrelotação e de desocupação do parque habitacional. No conjunto das cidades portuguesas, tal como no total do país, a proporção de alojamentos vagos excedia a proporção de alojamentos sobrelotados, ainda que nas cidades se registre uma maior sobrelotação comparativamente ao total do país.

A análise destes indicadores para as cidades agregadas por NUTS2 revela que nas cidades das regiões Norte e Lisboa a proporção de alojamentos sobrelotados era bastante próxima da proporção de

Indicadores de ocupação dos alojamentos, Portugal e cidades das regiões NUTS2



Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação, 2011.

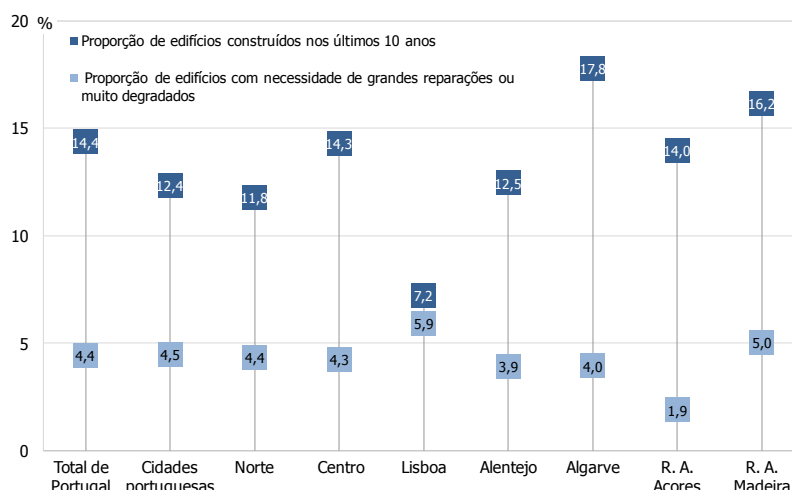
alojamentos vagos. Os alojamentos do conjunto das cidades da região Centro apresentavam, simultaneamente, o menor indicador regional de sobrelotação (8%) e a segunda maior proporção de alojamentos vagos (14%), apenas excedida pelo valor das cidades da Região Autónoma dos Açores.

A proporção de alojamentos sobrelotados era maior no conjunto das cidades do Algarve (16%), da Região Autónoma dos Açores (17%) e, sobretudo, da Região Autónoma da Madeira (24%), atingindo os valores mais elevados em: Câmara de Lobos (35%), Quarteira e Albufeira (ambas com 29%), Funchal (24%), Ribeira Grande e Lagoa, na Região Autónoma dos Açores (ambas com 24%) e Caniço (23%).

Maior dinâmica de construção nas cidades do Algarve

Nas cidades portuguesas, cerca de 4,5% dos edifícios clássicos recenseados em 2011 necessitavam de grandes reparações ou encontravam-se muito degradados. Esta proporção era ligeiramente superior ao valor total do país (4,4%). O retrato do estado de conservação do parque habitacional das cidades salientava a maior proporção de edifícios com necessidade de grandes reparações ou muito degradados na região de Lisboa e na Região Autónoma da Madeira (5,9% e 5,0%, respetivamente). Por outro lado, na Região Autónoma dos Açores o edificado apresentava melhor estado de conservação, com apenas 1,9% dos edifícios em cidades a necessitar de grandes reparações ou muito degradados.

Proporção de edifícios construídos nos últimos 10 anos e Proporção de edifícios com necessidade de grandes reparações ou muito degradados, Portugal e cidades das regiões NUTS2



Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação, 2011.

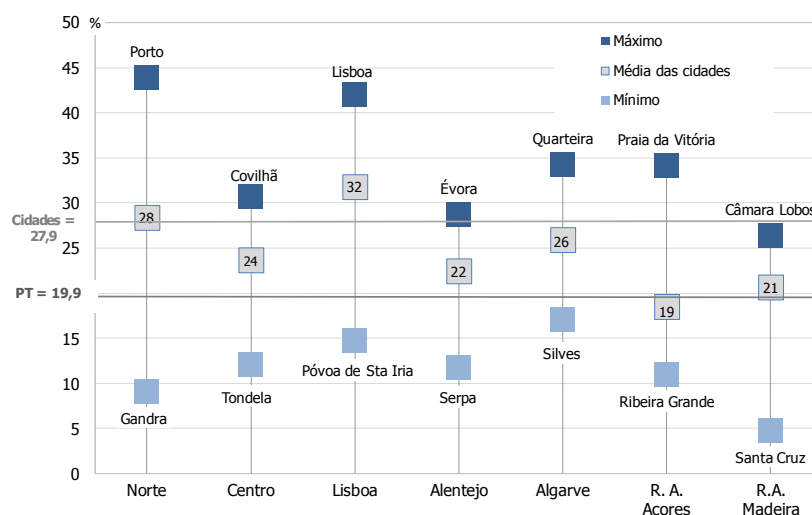
No conjunto das cidades da região de Lisboa registava-se uma elevada expressão na proporção de edifícios com necessidade de grandes reparações ou muito degradados e, simultaneamente, uma menor dinâmica de construção: a proporção de edifícios construídos nos últimos 10 anos (7,2%) estava abaixo do valor médio das cidades portuguesas (12,4%).

Em Portugal, a dinâmica de construção nova para habitação era menor nas cidades do que no conjunto do país. No entanto, a análise das cidades a nível regional salienta valores mais elevados na proporção de edifícios construídos nos 10 anos anteriores ao momento censitário, no Algarve (17,8%) e na Região Autónoma da Madeira (16,2%). As cidades com valores mais elevados neste indicador eram: Tavira (32,3%), Vila Baleira (29,2%), Caniço (28,7%), Santa Cruz (26,9%) e Albufeira (26,1%).

Cidades de Lisboa e do Porto com maior dinâmica de arrendamento

A expressão do mercado de arrendamento assumia maior relevância nas cidades, abrangendo cerca de 28% dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual, valor superior aos cerca de 20% de alojamentos arrendados ou subarrendados no total do país. Os centros metropolitanos (cidades do Porto e de Lisboa) apresentavam uma maior dinâmica no mercado de arrendamento: mais de 40% dos alojamentos familiares clássicos aí situados estavam arrendados ou subarrendados.

Proporção de alojamentos familiares clássicos arrendados e subarrendados, Portugal e cidades das regiões NUTS2



Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação, 2011.

Ao nível das regiões NUTS2 destaca-se o

conjunto das cidades de Lisboa e do Norte por apresentarem a maior expressão do mercado de arrendamento e, por outro lado, o conjunto das cidades da Região Autónoma dos Açores, única região em que este indicador era inferior à média do total do país. Contudo, as cidades com menor proporção de alojamentos arrendados e subarrendados situavam-se na Região Autónoma da Madeira: Santa Cruz (4,8%), Machico (5,8%), Santana (7,7%) e Caniço (9,1%).

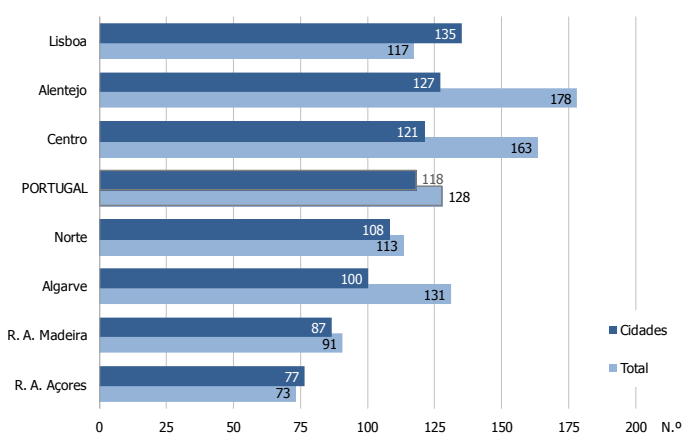
Cidades envelhecidas mas menos do que o país

Em 2011, o índice de envelhecimento (indicador que relaciona a população com 65 ou mais anos com a população entre 0 e 14 anos) era menor nas cidades portuguesas (118 idosos por cada 100 jovens) do que no total de país (128). As cidades portuguesas constituíam, contudo, espaços de população envelhecida, situação particularmente visível no conjunto das cidades da região de Lisboa onde residiam 135 idosos por cada 100 jovens, superando o índice de envelhecimento da região (117). Apenas na região de Lisboa e na Região Autónoma dos Açores o valor médio do índice de envelhecimento das cidades superava o valor do total da região. O valor médio do índice de envelhecimento das cidades nas duas regiões autónomas era, contudo inferior a 100, indicando um maior número de jovens face à população idosa.

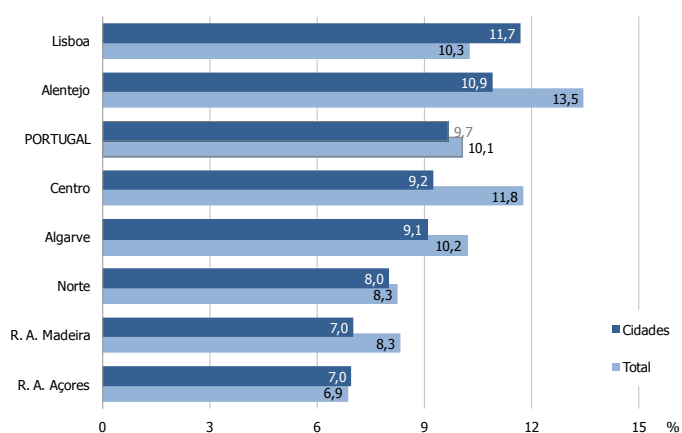
No total das 159 cidades portuguesas, o índice de envelhecimento era mais elevado nas cidades de Gouveia (246), Borba (230), Porto (194) e Lisboa (183). Pelo contrário, as cidades mais jovens do país, designadamente com um índice de envelhecimento inferior a 50, eram: Gandra (49), Ribeira Grande (45), Póvoa de Santa Iria (40), Câmara de Lobos (36) e Caniço (31).

Paralelamente, a proporção de famílias unipessoais de pessoas com 65 anos ou mais anos era ligeiramente inferior nas cidades (9,7%) face ao total do país (10,1%). Também para este indicador, se destacava o elevado valor para o conjunto das cidades da região de Lisboa (11,7%), revelando que, para além de uma população envelhecida, as cidades da região de Lisboa apresentavam uma população idosa tendencialmente mais isolada do que no conjunto do país. Adicionalmente, importa salientar o conjunto das cidades do Alentejo por apresentarem uma população mais envelhecida do que a média das cidades do país e uma maior proporção de famílias constituídas por apenas uma pessoa com 65 ou mais anos (10,9%), quando comparando com o total das cidades e do país.

Índice de envelhecimento, Portugal e cidades



Proporção de famílias unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos de idade, Portugal e cidades



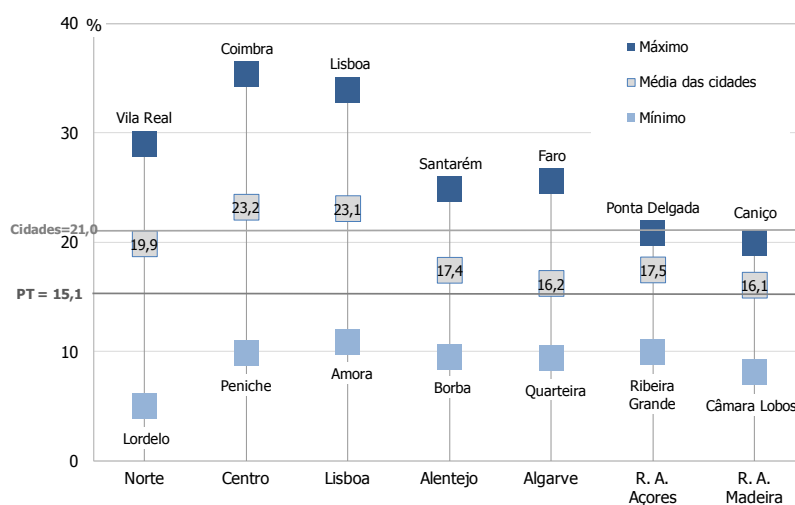
Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação, 2011.

População mais qualificada nas cidades

Em 2011, a proporção de população residente com ensino superior completo era superior nas cidades (21%) face ao conjunto do território nacional (15,1%).

Neste sentido, a população que residia nas cidades da região Centro e da região de Lisboa apresentava maiores níveis de qualificação, com valores médios neste indicador acima da média das cidades do país (23,2% no Centro e 23,1% na região de Lisboa). Em todas as regiões NUTS2 do Continente as cidades com maior proporção de população com ensino superior completo eram capitais de distrito: Coimbra (35,3%), Lisboa (33,8%), Vila Real (29%), Faro (25,5%) e Santarém (24,8%).

Proporção de população com ensino superior completo, Portugal e cidades das regiões NUTS2



Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação, 2011.

Em todas as cidades das regiões autónomas a proporção de população com ensino superior completo era inferior à média das cidades portuguesas (21,0%) mas era na região Norte que se situavam as cidades portuguesas com menores níveis de qualificação da população: Lordelo (5,0%), Freamunde (6,6%), Gandra (6,9%), Rebordosa (7,1%) e Lourosa (7,7%).

Mais estrangeiros nas cidades

Apesar da proporção de população estrangeira no conjunto das cidades portuguesas (4,7%) ser superior à média do país (3,7%), num conjunto de 53 cidades situadas maioritariamente nas regiões Norte e Centro a proporção de população estrangeira não atingia os 2% da população residente.

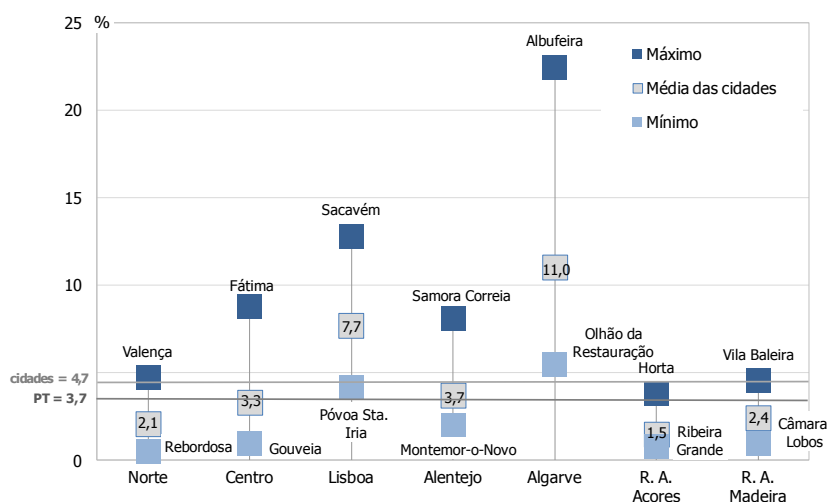
A nível regional, o conjunto das cidades do Algarve apresentava a proporção máxima observada (11,0%), atingindo o triplo do valor médio registado em Portugal e mais do dobro do valor médio das cidades portuguesas. Em todas as cidades do Algarve a proporção de população estrangeira era superior à média das cidades portuguesas, sendo Albufeira a cidade do país com maior expressão de população estrangeira (22,5% estrangeiros). Para além do Algarve, também no conjunto das cidades de Lisboa a população estrangeira estava mais representada do que na média do país,

verificando-se os valores mais elevados nas cidades de Sacavém (12,8%), Costa da Caparica (11,9%), Agualva-Cacém (11,6%), Amora (11,0%), Amadora e Queluz (ambas com 10,8%).

A hegemonia do setor terciário

O sector terciário tinha, nas cidades portuguesas, uma importância, em termos de população empregada (79%), ainda maior do que no conjunto do país, onde ocupava mais de dois terços da população empregada (70%). A maior importância do emprego no sector terciário era comum ao conjunto das cidades de cada uma das regiões NUTS2. Não obstante, verificava-se que nas cidades das regiões Norte e Centro a proporção de empregados a trabalhar no sector terciário (74% e 76%, respetivamente) era inferior à média das cidades portuguesas, evidenciando a importância que o sector secundário assume no perfil produtivo da economia destas regiões. Nas cidades do Algarve e da Região

Proporção de população de nacionalidade estrangeira, Portugal e cidades das regiões NUTS2

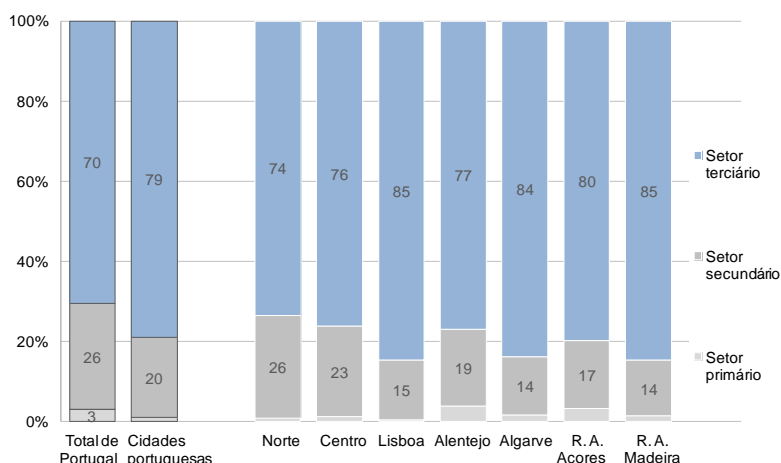


Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação, 2011.

Autónoma da Madeira registava-se a maior proporção de emprego no setor terciário (84% e 85%, respetivamente) quando comparando com as restantes regiões.

As cidades do país em que o sector terciário tinha mais expressão em termos de emprego eram: Lisboa (89%), Odivelas (86%) e Almada (85%) na região de Lisboa; Faro (88%) e Albufeira (86%) no Algarve; Caniço e Funchal (ambas com 87%) na Região Autónoma da Madeira; Coimbra (87%) na região Centro; Beja (86%) no Alentejo; Miranda do Douro (86%), Porto e Vila Real (ambas com 85%) na região Norte; e a cidade da Horta (85%) na Região Autónoma dos Açores.

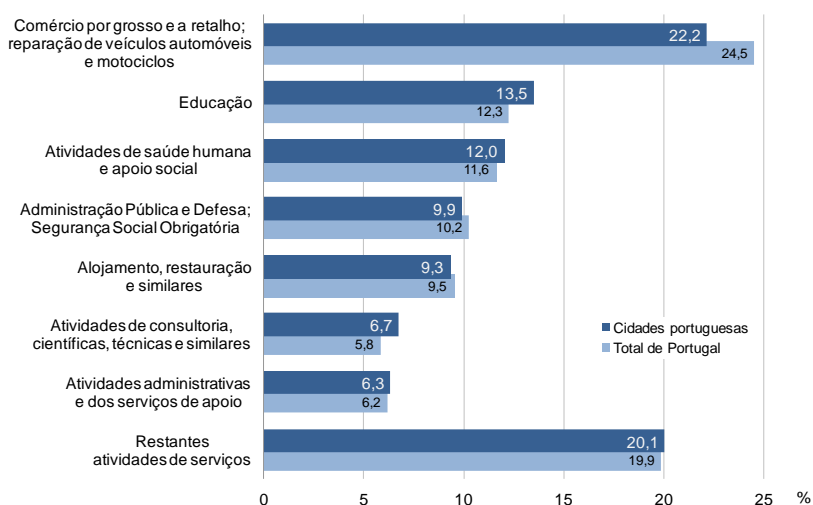
Distribuição da população empregada por setor de atividade, Portugal e cidades das regiões NUTS2



Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação, 2011.

A ilustração da distribuição da população empregada no sector terciário por ramos de atividades revela a maior importância do ramo do *Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos* no emprego do país e das cidades (em ambos os contextos representava mais de um quinto do emprego do sector terciário), seguindo-se o emprego nas atividades de *Educação* e nas *Atividades de saúde humana e apoio social*. A expressão da população empregada nestes dois últimos ramos de atividade (*Educação* e *Atividades de saúde humana e apoio social*) era mais elevada nas cidades portuguesas do que no total de Portugal. Nesta linha de análise, nas cidades portuguesas registava-se também uma proporção do emprego nas *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* superior ao verificado no conjunto do país (6,7% vs. 5,8%).

Distribuição da população empregada no sector terciário por ramos de atividade, Portugal e cidades

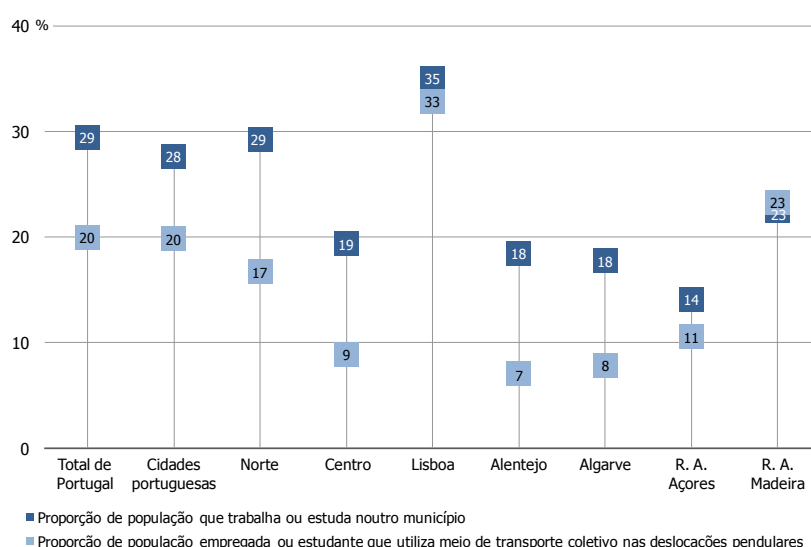


Cidades da região de Lisboa com maior duração dos movimentos pendulares

Em 2011, a maioria da população residente nas cidades trabalhava ou estudava no município de residência e cerca de 28% deslocava-se para outro município, proporção ligeiramente inferior à verificada no conjunto do país (29%). Nas cidades da região de Lisboa e da região do Norte os movimentos pendulares assumiam maior importância: respetivamente, 35% e 29% dos empregados e estudantes aí residentes exerciam a sua atividade num município distinto do de residência.

Em algumas cidades do país, nomeadamente nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, mais de metade da população residente ou estudante deslocava-se para outro município para exercer a sua atividade: Caniço (62,0%), Odivelas (58,2%), Rio Tinto (58,1%), Póvoa de Santa Iria (57,7%), Ermesinde (55,7%), Amadora (54,8%), Queluz (54,0%), Sacavém (53,2%), São Mamede de Infesta (50,9%) e Loures (50,1%).

Indicadores de mobilidade pendular, Portugal e cidades das regiões NUTS2



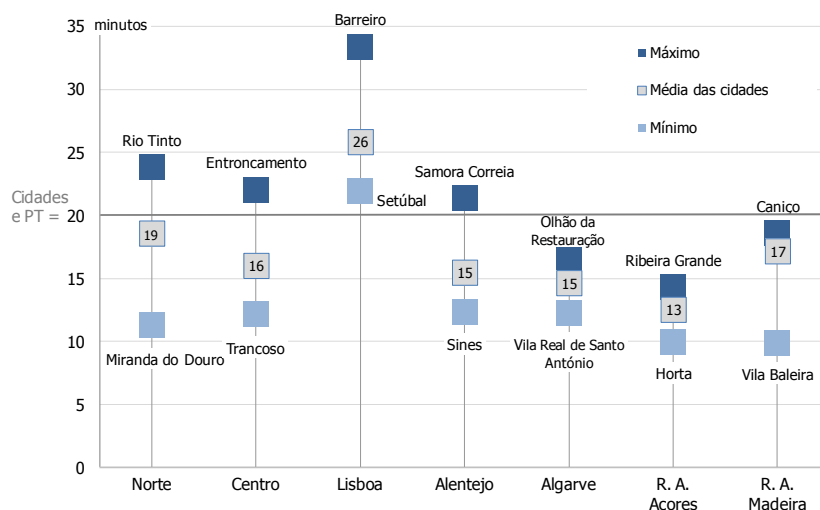
Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação, 2011.

Em 2011, cerca de 20% da população empregada ou estudante residente nas cidades portuguesas deslocava-se a pé para o local de trabalho ou estudo (16% no total do país), sendo o automóvel o meio de transporte mais utilizado (59% da população empregada ou estudante residente nas cidades). O transporte coletivo assumia nas deslocações pendulares da população residente nas cidades uma importância semelhante à do conjunto do país (cerca de 20%), verificando-se um maior uso destes tipos de transporte nas cidades da região de Lisboa e da Região Autónoma da Madeira. Situavam-se na Área Metropolitana de Lisboa todas as cidades em que mais de 30% dos empregados ou estudantes se deslocavam em transportes coletivos: Barreiro (39%) – única cidade do país em que este modo de transporte era mais utilizado do que o automóvel, Almada (38%), Amora (36%), Queluz (36%), Odivelas (36%), Amadora (35%), Agualva-Cacém (35%), Seixal (34%), Lisboa (33%), Sacavém (32%), Costa da Caparica (30%) e Loures (30%).

O recurso ao transporte coletivo como principal modo de transporte tinha menos importância nos movimentos pendulares das cidades do Alentejo (7% da população empregada ou estudante), do Algarve (8%) e da região Centro (9%).

Os trabalhadores ou estudantes residentes nas cidades portuguesas demoravam, em média, 20 minutos a chegar ao local de trabalho ou estudo. Ao nível das regiões NUTS2, as deslocações pendulares eram mais morosas nas cidades da região de Lisboa, única região que ultrapassava o valor médio das cidades portuguesas. Neste contexto, salienta-se o tempo despendido nos movimentos casa-trabalho e casa-escola pelos residentes na cidade do Barreiro (33 minutos) e nas cidades da Costa da Caparica, Amora e Agualva-Cacém (cerca de 30 minutos).

Duração média dos movimentos pendulares da população empregada ou estudante, Portugal e cidades das regiões NUTS2



Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação, 2011.

As cidades da região do Algarve e da Região Autónoma dos Açores apresentavam, em média, uma menor duração dos movimentos pendulares, verificando-se também uma menor disparidade entre os tempos registados nas respetivas cidades.

>> PARA MAIS INFORMAÇÃO

INDICADORES NO PORTAL

- > [Alojamentos familiares clássicos \(N.º\) por Localização geográfica \(Cidade\)](#)
- > [Alojamentos familiares clássicos de residência habitual \(N.º\) por Localização geográfica \(Cidade\) e Regime de ocupação](#)
- > [Cidades \(N.º\) por Localização geográfica \(NUTS - 2002\)](#)
- > [Densidade de edifícios \(N.º/ km²\) por Localização geográfica \(Cidade\)](#)
- > [Densidade populacional \(N.º/ km²\) por Localização geográfica \(Cidade\)](#)
- > [Dimensão média das famílias clássicas \(N.º\) por Local de residência \(Cidade\)](#)
- > [Divisões por alojamento familiar clássico de residência habitual \(N.º\) e Localização geográfica \(Cidade\)](#)
- > [Duração média dos movimentos pendulares \(minutos\) da população residente empregada ou estudante por Local de residência \(Cidade\)](#)
- > [Edifícios \(N.º\) por Localização geográfica \(Cidade\)](#)
- > [Famílias clássicas \(N.º\) por Local de residência \(Cidade\)](#)
- > [Idade média da população residente \(Anos\) por Local de residência \(Cidade\)](#)
- > [Idade média dos edifícios \(Anos\) por Localização geográfica \(Cidade\)](#)
- > [Índice de concentração da população residente em cidades \(%\) por Local de residência \(NUTS 2002\)](#)
- > [Índice de dependência de idosos \(N.º\) por Local de residência \(Cidade\)](#)
- > [Índice de dependência de jovens \(N.º\) por Local de residência \(Cidade\)](#)
- > [Índice de envelhecimento \(N.º\) por Local de residência \(Cidade\)](#)
- > [Índice de primazia do sistema urbano \(N.º\) por Local de residência \(NUTS 2002\)](#)
- > [Indivíduos por alojamento familiar clássico de residência habitual \(N.º\) por Local de residência \(Cidade\)](#)
- > [Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares \(N.º\) por Local de residência \(Cidade\) e principal meio de transporte](#)
- > [Pisos por edifício \(N.º\) por Localização geográfica \(Cidade\)](#)
- > [População empregada \(N.º\) por Local de residência \(Cidade\) e atividade económica \(CAE REV.3\)](#)
- > [População empregada \(N.º\) por Local de residência \(Cidade\) e profissão](#)
- > [População residente em cidades estatísticas \(N.º\) por Local de residência](#)
- > [População residente \(N.º\) por Local de residência \(Cidade\)](#)
- > [População residente com 12 e mais anos de idade \(N.º\) por Local de residência \(Cidade\) e Estado civil](#)
- > [População residente de nacionalidade estrangeira \(N.º\) por Local de residência \(Cidade\), Sexo e Grupo etário](#)
- > [População residente \(N.º\) por Local de residência \(Cidade\), Sexo e Grupo etário](#)
- > [Proporção da população empregada por conta própria \(%\) por Local de residência \(Cidade\)](#)
- > [Proporção da população residente com ensino superior completo \(%\) por Local de residência \(Cidade\)](#)
- > [Proporção da população residente com idade entre 20 e 24 anos com pelo menos o ensino secundário completo \(%\) por Local de residência \(Cidade\)](#)
- > [Proporção da população residente com 14 ou menos anos de idade \(%\) por Local de residência \(Cidade\)](#)
- > [Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira \(%\) por Local de residência \(Cidade\)](#)
- > [Proporção da população residente empregada ou estudante que utiliza modo de transporte coletivo nas deslocações pendulares \(%\) por Local de residência \(Cidade\)](#)
- > [Proporção da população residente que 5 anos antes residia fora do município \(%\) por Local de residência \(Cidade\)](#)
- > [Proporção da população residente que trabalha ou estuda noutra município \(%\) por Local de residência \(Cidade\)](#)
- > [Proporção de alojamentos familiares clássicos arrendados ou subarrendados \(%\) por Localização geográfica \(Cidade\)](#)
- > [Proporção de alojamentos familiares clássicos vagos \(%\) por Localização geográfica \(Cidade\)](#)
- > [Proporção de alojamentos sobrelotados \(%\) por Localização geográfica \(Cidade\)](#)
- > [Proporção de edifícios com necessidade de grandes reparações ou muito degradados \(%\) por Localização geográfica \(Cidade\)](#)
- > [Proporção de edifícios com um alojamento \(%\) por Localização geográfica \(Cidade\)](#)
- > [Proporção de edifícios construídos nos últimos 10 anos \(%\) por Localização geográfica \(Cidade\)](#)
- > [Proporção de edifícios não exclusivamente residenciais \(%\) por Localização geográfica \(Cidade\)](#)

- [Proporção de famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos de idade \(%\) por Local de residência \(Cidade\)](#)
- [Proporção de população residente em cidades com mais de 10 mil habitantes \(%\) por Local de residência \(NUTS 2002\)](#)
- [Proporção de profissionais socialmente mais valorizados \(%\) por Local de residência \(Cidade\)](#)
- [Superfície \(Km²\) das unidades territoriais por Localização geográfica \(Cidade\)](#)
- [Taxa de abandono escolar \(%\) por Local de residência \(Cidade\)](#)
- [Taxa de atividade \(%\) da população residente por Local de residência \(Cidade\) e Sexo](#)
- [Taxa de analfabetismo \(%\) por Local de residência \(Cidade\)](#)
- [Taxa de desemprego da população residente com idade entre 15 e 24 anos \(%\) por Local de residência \(Cidade\)](#)
- [Taxa de desemprego \(%\) por Local de residência \(Cidade\) e Sexo](#)
- [Valor médio mensal das rendas dos alojamentos familiares clássicos arrendados \(€\) por Localização geográfica \(Cidade\)](#)

>> NOTA TÉCNICA

A Lei nº 11/82 de 2 de junho estabelece que, em Portugal, a elevação dos lugares e vilas à categoria de cidade é da responsabilidade da Assembleia da República. Não obstante as orientações plasmadas naquela lei, não é exigida uma descrição específica e/ou cartografia associada que permita delimitar o perímetro da vila que pretende ser elevada a cidade. É, por isso, condição para a divulgação de estatísticas para as cidades a delimitação territorial das cidades.

A delimitação das cidades estatísticas portuguesas resulta, assim, de um processo de articulação do INE com as câmaras municipais no sentido de ajustar o perímetro urbano da povoação com categoria de cidade, conforme consagrado nos instrumentos jurídicos de ocupação de solos às subsecções estatísticas utilizadas pelo INE na BGRI 2011 (Base Geográfica de Referência da Informação 2011). Nos casos em que o ajustamento à subsecção estatística não mereceu a aprovação da câmara municipal, foram consideradas linhas imaginárias do perímetro como limite da cidade naquelas zonas. Nestas situações, para a apropriação da informação estatística dos Censos 2011, foi possível tirar partido da Base Geográfica de Edifícios (BGE) do INE criada no âmbito dos Censos 2011 e reportar informação para o território definido pela câmara municipal.

A informação estatística apresentada não é diretamente comparável com a informação disponibilizada anteriormente devido a alterações dos limites territoriais das cidades. Em particular, as alterações no seccionamento verificadas entre a BGRI 2001 e a BGRI 2011 e as alterações dos perímetros urbanos consagrados nos instrumentos jurídicos de ocupação de solos limitam esta comparação.

A composição, em termos de subsecções estatísticas da BGRI 2011, das 159 cidades estatísticas existentes à data da divulgação deste destaque está disponível no sítio do INE em <http://smi.ine.pt/Versao/Detalhes/3516>, sob a designação *Cidades estatísticas (BGRI 2011)*.

Os resultados dos indicadores disponibilizados para as cidades estatísticas e para o conjunto das cidades estatísticas do país e em cada região NUTS1, NUTS2 e NUTS3 estão disponíveis em www.ine.pt, na opção Informação Estatística, Dados Estatísticos, Base de dados.